

Editorial

Crise da Universidade Pública e a superação de idiossincrasias

Atribui-se à literatura norte-americana a percepção de que “a visão do patíbulo aguça a mente”. No momento da crise lancinante que ameaça destruir a Universidade Pública, é hora de se pensar em soluções (alternativas ou não) para o financiamento do ensino e pesquisa indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social. Enquanto se assiste, ano após ano, ao acintoso estiolamento dos recursos necessários às suas atividades, a comunidade universitária tem tido dificuldade de dialogar com serenidade.

Pode-se afirmar com verdade que o debate genuíno de ideias tem sido impedido por lógica maniqueísta, pela qual qualquer pessoa que procure cogitar de ampliação de fontes de financiamento diversas do tesouro, mesmo com preservação da autonomia universitária, é estigmatizada como inimiga do ensino público e gratuito. Calam-se assim muitas vozes que seriam indispensáveis ao debate e mantêm-se o modelo intacto e paralisado, com todos os seus graves problemas internos camuflados.

Em refinado artigo sobre o recrudescimento em todo o mundo do populismo na era tecnológica, Jan-Werner Müller, na revista *Piauí* nº 124, de janeiro de 2017, aponta duas características perniciosas do discurso populista atual, intensificado pela repercussão das redes sociais. A primeira é a retórica demolidora dirigida não às ideias que lhe são contrárias, mas aos interlocutores que as defendem. Quem defende ideias contrárias ao que pensa o populista se torna o belzebu: “certamente mal-intencionado, tanto que pensa dessa forma medonha”. A segunda característica é a arbitrária eleição, pelo populista, de quem “é o verdadeiro povo”, isto é, aqueles que têm legitimidade para manifestar a própria opinião. Quem pensa diferente do populista perde, justamente por pensar de modo distinto, a autoridade moral para debater, devendo ser banido da discussão.

Para discutir o futuro da Universidade, só teria legitimidade quem se mostra, de antemão, avesso a qualquer alteração do modelo atual de financiamento da Universidade Pública. Com isso, nada se altera. E a quem interessa essa retórica? Certamente não interessa à grande maioria de professores, alunos, técnicos administrativos e pesquisadores que pretendem assegurar para as próximas gerações uma Universidade criativa e útil à sociedade, para além dos muros dos *campi*.

Certamente não interessa aos alunos cotistas, que, incluídos finalmente em programa de ação afirmativa, encontram-se sem condições de assistir às aulas e inserir-se no ambiente acadêmico.

Diante da crise econômica aguda do Estado, é tempo de refletirmos com coragem sobre o futuro da Universidade Pública. É preciso romper o maniqueísmo simplista e fraticida entre os que querem preservar o modelo atual, à beira da insolvência, e os que, ao contrário, almejam o fim do ensino gratuito. A Universidade Pública é insubstituível em seu papel fomentador da pesquisa e modelador de padrões de ensino. Nenhuma instituição privada assumiria, nem de longe, os formidáveis investimentos em pesquisa necessários ao desenvolvimento de nosso país. Pesquisas consomem muito mais dinheiro do que a arrecadação com mensalidades auferidas por Universidades privadas, cujo lucro fantástico se associa justamente à falta de investimento em pesquisa.

Para preservar a Universidade Pública, contudo, é preciso realisticamente criar fontes de financiamento suplementares, como ocorre nas principais Universidades Públicas do mundo. Esses recursos, recebidos com transparência, potencializam exponencialmente o orçamento vindo do Tesouro, em favor da população. Garantem o futuro do ensino público e gratuito que queremos para os nossos jovens. Poderiam assegurar a política de inclusão social. Se as empresas privadas e entidades paraestatais se interessam em financiar pesquisas independentes, e patrocinar cursos de extensão e de capacitação de seu pessoal, a Universidade Pública poderia, com tais recursos, garantir a excelência do ensino da graduação e da pós-graduação. No caso da UERJ, maior captação de recursos ampliaria a sua importância política na sociedade, as conquistas científicas e a formação de lideranças. Aumentaria certamente seu poder de negociação com o Governo do Estado e demais fontes estatais.

Essa opção, longe de privatizar a Universidade Pública, a fortaleceria, retirando-a da penúria. Ainda no caso da UERJ, o Hospital Pedro Ernesto tem os melhores médicos e pesquisadores em diversas especialidades. A população carente do Rio merece vê-lo em seu esplendor, que pode ser alcançado com linhas de atuação e de pesquisa que financiem o atendimento gratuito. Isso não é privatizar, mas salvar a Universidade Pública, cujo modelo atual, por sua inviabilidade, pode levar ao cadafalso. Qual a justificativa para que alunos não paguem estacionamento? A resistência a recursos privados subsidia automóveis particulares. O estacionamento gratuito se torna complacente com a falta de segurança no campus, facilmente autossustentável. Grande parte dos recursos granjeados por Universidades privadas, em todo o Brasil, como remuneração a projetos de pesquisa e serviços, é proveniente (não de empresas privadas, mas) de entidades da Administração Pública direta e indireta. Isto porque até mesmo estes órgãos públicos preferem

evitar o possível embate político causado pela transferência de recursos para a Universidade Pública.

A Faculdade de Direito da UERJ, em cuja congregação de professores este editorialista tem a honra de ser Professor Titular e Decano, reúne alunos excepcionais, dentre os melhores do Brasil. O quadro docente é de vanguarda, com renome nacional e internacional. Além do disputadíssimo vestibular, a política das cotas trouxe diversidade extraordinariamente positiva para o futuro profissional. Seus ex-alunos ocupam posições de destaque nas carreiras públicas e na atividade privada. Juízes, desembargadores, membros do Ministério Público, Ministros de Tribunais Superiores, embaixadores, empresários e sócios de grandes escritórios de advocacia, com atuação mundo afora. Não poderiam nossos ex-alunos organizar sistema de doações para construirmos uma grande biblioteca? Isso não privatizaria a Universidade Pública.

Salvar a Universidade Pública hoje significa superar preconceitos e admitir outras fontes de financiamento ao lado do orçamento público específico, o qual, evidentemente, há de continuar a ser reivindicado. Eis o único modo de assegurarmos o ensino público e gratuito, para promover o papel transformador e formador de nossa Universidade, na direção dos rankings mundiais de excelência, de produção científica, e, ao mesmo tempo, da solidariedade social, revertendo-se à sociedade os robustos investimentos públicos recebidos. Oxalá a crise atual permita à sociedade revigorar a Universidade Pública, fundamental para o progresso da ciência, para a formação de lideranças e para a busca de soluções para o desenvolvimento humano do país.

G.T.